

# Crise múltipla e crise das relações entre os gêneros

ALEX DEMIROVIĆ E ANDREA MAIHOFFER\*

## Introdução

Desde 2007/2008 os Estados-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico encontram-se numa crise de grandes proporções. Embora ela não atinja todos os Estados com a mesma intensidade e também haja fases de recuperação, trata-se da mais profunda crise econômica e financeira desde 1929. Essa crise – de outro modo não se trataria de uma crise desse tipo – tem efeitos sobre as relações sociais e, com isso, sobre as condições de vida e o comportamento político, bem como sobre a íntima disposição de muitas pessoas. Contudo, além da crise econômica, vista amiúde como sua dinâmica principal, há inúmeras outras dinâmicas da crise, manifestando-se de modo completamente distinto. Citam-se com frequência a crise energética e climática, a crise da democracia e dos partidos, a crise da formação e a crise das relações entre os gêneros.

Esses desenvolvimentos da crise apresentam para teoria social crítica uma série de problemas fundamentais. A própria pergunta sobre como conceituar a presente e profunda crise econômica de maneira crítico-social não tem resposta fácil. E ainda mais difícil parece ser a tentativa de apreender adequadamente esse complexo feixe de crises simultâneas e não simultâneas, de existência paralela, que se influenciam ou se reforçam mutuamente, bem como avaliar criticamente o seu significado.

\* Professores da Universidade de Basileia. *E-mail*: alex.demirovic@unibas.ch; andrea.maihofer@unibas.ch.

Em nossa opinião, para isso se faz necessária uma perspectiva social de conjunto dos diferentes fenômenos e dinâmicas da crise. Partindo-se do marxiano “imperativo categórico de alterar todas as relações nas quais o homem é um ser rebaixado, subjugado, desamparado e desprezível” (Marx, 1972, p.385), nota-se que aí estão implicadas duas questões: em primeiro lugar, é preciso um conhecimento sobre como essas repetidas crises estão relacionadas. Isso é ainda mais importante na medida em que, como iremos mostrar, um mecanismo central de dominação configura exatamente aquilo que reiteradamente impede esse reconhecimento de seu sentido interno. Além disso, precisamos compreender que os atuais e distintos mecanismos de poder e dominação, para além de suas lógicas próprias e de suas influências recíprocas, encontram-se num contexto de constituição e reprodução. Apenas assim se sustenta a perspectiva do desenvolvimento de uma práxis emancipatória que, de maneira duradoura, supere todas essas diferentes relações em que os homens estão submetidos à dominação.

Acima de tudo, isso levanta dois problemas em termos de teoria social: como pensar a sociedade como relação de conjunto [*Gesamtzusammenhang*] sem encará-la como uma totalidade [*Totalität*] ontológica? Como escapar da até aqui predominante priorização de *uma* área social ou de *uma* dinâmica social, sem incorrer num frouxo pluralismo das formas de dominação? Procuramos oferecer uma resposta na medida em que, primeiramente, explicamos com mais precisão o que entendemos por crise e por que, no momento, achamos razoável falar de uma crise múltipla. Além disso, procuramos desenvolver um conceito de sociedade que não apenas permita abranger as diferentes áreas sociais e com elas as diferentes dinâmicas da crise – tanto em suas lógicas próprias e contradições, quanto em seu contexto comum –, mas também os diferentes mecanismos predominantes de estratificação, disciplinamento e discriminação. Particularmente em relação a este último, é necessária, como iremos mostrar, uma perspectiva multidimensional. A propósito disso, concentramo-nos na crise das relações de gênero, de modo especial na crise da masculinidade. Aqui, entre outras coisas, vê-se bem que as crises têm sua lógica própria e não podem ser facilmente atribuídas a processos econômicos e perturbações funcionais [*Funktionsstörungen*] ou ser com eles confundidas, como sói acontecer. Salientamos ainda a importância que atribuímos a seus desdobramentos na esfera das relações sociais para a ulterior evolução da crise atual. Ela é de fato influenciada por “esteios” centrais da presente formação social.

### **O que é uma crise? Crise como processamento de crises**

Em geral, as crises são caracterizadas como uma clara situação de transformação ou de reviravolta em que se toma uma decisão. Na medicina, a decisão sobre a vida e a morte; no âmbito militar, sobre a vitória ou a derrota (Hkwm, 2010, p.2121; Becker, 2011). Vale dizer, a crise representa um ponto culminante que se resolve numa ou noutra direção: as coisas não podem permanecer como estavam, mas o novo ainda não se estabeleceu. A crise resulta de tensões e contradições

que já existiam e que conduzem a uma infinidade de pequenas crises, as quais – caso medidas contrárias não sejam tomadas – podem derivar em grandes crises.

As crises, portanto, não entram de fora num sistema em funcionamento para bloquear aquilo que até então transcorreria sem percalços. Pelo contrário, nelas soerguem-se barreiras internas preexistentes, incompatibilidades e conflitos. Escancaram a necessidade de mudanças. Entretanto, não há segurança de que se chegará a soluções da(s) crise(s).

Marx, por exemplo, vê essas expectativas com muita reserva. De acordo com ele, as crises são “sempre apenas desfechos violentos e momentâneos das contradições existentes, erupções violentas que momentaneamente reinstauram o equilíbrio perdido” (Marx, 1969, p.259). De modo parecido, Gramsci salienta que as crises absolutamente não abrem grandes brechas na normalidade da sociedade burguesa, e, por isso, a partir delas mesmas, não se produzem, por assim dizer, mudanças autorresolutivas. Para ele, equiparar as crises com sua eclosão epifenomênica constitui um empirismo enganador (Gramsci, 1996, p.1716-7), como, por exemplo, equiparar a crise econômica mundial com a sexta-feira negra de Wall Street em 1929 ou a crise atual com a falência do Banco Lehmann, em setembro de 2008.

As crises apenas abrem a possibilidade da mudança de um modelo social de reprodução e regulamentação, mas não são a mudança em si. Elas podem se arrastar por longo tempo e, em seus fundamentos, paralisar uma sociedade ou ainda se converter numa dinâmica destrutiva como no caso da crise econômica mundial de 1929, que se arrastou por mais de vinte anos e esteve associada a ditaduras, guerra e destruição, perseguição, massacre e expulsão de grandes grupos populacionais, além de trabalhos de reconstrução de longa duração. Somente nos anos 1950 é que se chegou a um novo equilíbrio, com o modo de regulação fordista.

Diante disso, parece adequado falar da crise como uma forma de processos autônomos de crise. As crises não derivam necessariamente e teleologicamente numa ruptura radical, numa catástrofe ou em novo equilíbrio. O processo das crises tem sempre algo de contingente. As crises possuem sempre um caráter específico que é produzido a partir das relações sociais e dos conflitos específicos que as acompanham: crises são sempre crises de relações sociais particulares.

### **A crise como concatenação de momentos objetivos e subjetivos**

As crises não são processos objetivistas (Demirović et al., 2011). Uma crise é apenas uma crise quando – como Jürgen Habermas (1973) corretamente indicou – é vivenciada como tal também do ponto de vista dos atores envolvidos. Nos termos de uma teoria da hegemonia, apresentamos a opinião de que as crises são sempre o resultado de práticas sociais que estão vinculadas internamente com o poder e o conhecimento. Contudo, nem todos os atores sociais dispõem do mesmo conhecimento sobre a crise ou estão prontos a aceitar o conhecimento existente. Se e quais processos sociais e fenômenos são definidos como críticos – fenômenos tão heterogêneos como a exploração e a violência sexista, as mudanças antropo-

gênicas do clima, as baixas taxas de natalidade, a superpopulação ou a suposta ameaça do Islã –, isso é em dados momentos, sobretudo, um objeto de conflitos e disputas sociais de longa duração.

Na sociedade, para determinados indivíduos, grupos ou instituições, sempre há um conhecimento específico das crises e das práticas destinadas ao seu controle. Esses atores, porém, provavelmente não conseguem de início propagar sua compreensão das coisas e torná-la socialmente relevante do ponto de vista da ação. Práticas hegemônicas na política, na ciência ou na mídia contribuem para que esse conhecimento seja entendido como falso ou irrelevante em sua capacidade de conjurar a normalidade ou de promover outras crises.

Em termos de uma teoria social, isso significa: as crises – sejam econômicas, energéticas, ambientais, políticas ou as das relações de gênero – são sempre crises concretas em contextos particulares de dominação. São sempre percebidas por determinados grupos sociais e denominadas como tais; com maior probabilidade por aqueles que sofrem suas consequências e que, por meio de uma compreensão mais aprofundada ou por meio de novas relações sociais, podem esperar por uma melhora em sua condição de vida. Os dominantes esforçam-se, porém, para evitar que as crises e suas causas se tornem objeto do conhecimento e da práxis coletiva. Um mecanismo central do modo dominante de lidar com uma crise é não permitir que suas dinâmicas sejam apreendidas em seu nexos interno, isolando essas dinâmicas umas das outras por meio de uma correspondente administração da crise ou ainda deslocando-as social, espacial ou temporalmente. Pois se o seu nexos fosse reconhecido seria igualmente perceptível que, para se chegar a uma solução duradoura, teria de ser mudado o conjunto das relações.

### **A crise como crise múltipla**

Além disso, como parte do contexto de dominação social, integram a crise os esforços dos grupos dominantes não apenas para submetê-la a seu controle, mas também para impedir seu alastramento sobre outras áreas da sociedade ou até mesmo sobre seu conjunto. Mas as crises são fenômenos complexos e jamais apenas uma crise particular na economia, na educação ou no meio ambiente. Por esse motivo, nas análises das crises das últimas décadas foram expressamente tematizados os nexos existentes entre elas. Em seus estudos da crise econômica mundial de 1929, Eugen Varga (1969) tomou em consideração inúmeras outras dinâmicas da crise e introduziu em seu diagnóstico a crise do mercado de trabalho, da política, da economia rural mundial e do colonialismo, mas seu nexos ele pôde estabelecer apenas pela economia.

De modo contrário a isso, em suas análises do desenvolvimento social desde os anos 1930, Horkheimer e Adorno dedicaram menos espaço à análise da economia do que ao diagnóstico de profundas crises do sentido e autopercepção da burguesia em sua defesa da felicidade, liberdade e igualdade. De modo correspondente, no centro de seu trabalho estavam as crises da razão e das ciências, da família e da

sexualidade, do sujeito e do esvaziamento da cultura. E, uma vez que ocorriam crises específicas nas esferas autônomas da ciência, educação, família e aparelhos culturais, para eles, conseqüentemente, foi pequena a resistência que se podia opor a uma reorganização dos dominantes, o que finalmente acarretou uma crise da civilização. Para a Teoria Crítica, a sociedade burguesa constitui um amplo contexto de crises que poderia ter sido superado por uma práxis racional. Mas, em vez disso, os recursos sociais disponíveis foram empregados de modo a conferir à crise uma forma específica: rearmamento, guerra, massacre de cunho racista e consumo de massa para garantir a reprodução da sociedade como relação de dominação.

Entretanto, mesmo nessas importantes análises que muito contribuíram para a compreensão da complexidade da crise, são, afinal, as relações *econômicas* e os acontecimentos do mercado que constituem o ponto de partida dos processos destrutivos e promotores da crise. Sua dinâmica intensifica-se continuamente e, em consequência, arrasta, a cada vez, mais esferas sociais para a crise. De maneira semelhante, atualmente também se assume, em proposições teórico-críticas, que a economia livre de amarras políticas e autorreguladora colonizaria a sociedade a partir de fora, numa espécie de tomada de terreno, e se imiscuiria em todos os setores por meio de planejamentos administrativos (Dörre, 2009; Hufer, 2010).<sup>1</sup>

Em oposição a isso, vinculamo-nos expressamente à crítica de Gramsci àqueles que dão uma definição única para a crise ou que, “fazendo a mesma coisa, querem encontrar uma única causa ou uma única origem” (Gramsci, 1996, p.1716). Em nosso ponto de vista não há como identificar os processos da crise como econômicos. Trata-se antes de decifrar *a crise econômica como crises sociais*. Essa práxis de decifração será sempre hegemonicamente buscada, enquanto a complexidade dos contextos for reduzida a certos fenômenos isolados, tais como a economia, a energia ou a imigração. Sobre esses campos isolados pode-se afirmar que estão subordinados a uma regularidade quase natural. Os negócios são apresentados como algo incontornável ou, ainda, afirma-se que os negócios podem ser racionais e objetivos ou então irracionais.

Consideramos esse parcelamento estratégico e essa delimitação do conhecimento como um mecanismo central de poder e dominação, como uma forma consciente de dominação pelas partes. Ele contribui para que os diversos grupos subalternos, diante de outras perspectivas da crise, o mais das vezes ocupem-se prioritariamente ou mesmo exclusivamente da crítica à exploração da natureza, à desigualdade social, ao sexismo ou racismo. Os movimentos entram em concorrência uns com os outros, em vez de promover uma interação produtiva das diferentes perspectivas da crise e tornar visível o nexo interno de todos esses fenômenos para então, sobre essa base, constituir alianças emancipatórias.

Diferentemente disso, propomos que se caracterize a atual e complexa constelação da crise como “crise múltipla” (Demirović et al., 2011; Brand, 2009) e se

<sup>1</sup> Cf. Aulenbacher (2012), com ressalvas.

compreenda as dinâmicas e os fenômenos da crise como um contexto de coisas internamente ligadas entre si, o qual se reproduz por meio de contradições e eclode em diferentes crises que (mesmo quando apresentam traços específicos) podem, de modo recíproco, influenciar-se e reforçar-se. Nesse sentido, defendemos a seguir a tese de que a formação social burguesa se constitui sobre a base do modo de produção capitalista no contexto de um feixe inteiro de relações de dominação social e contradições, as quais se ordenam de modo específico e – embora se encontrem num nexos constitutivo interno – *não* se deixam reduzir a elementos que se sobrepõem. Mais precisamente, esse nexos interno é o fundamento de sua temporalidade específica e de sua autonomia; ele conduz às diferentes formas da crise e, em conjunturas particulares, ao fenômeno da crise multiplamente sobredeterminada.

### **Como pensar a sociedade como contexto?**

#### **A sociedade como conjunto ordenado e articulado**

Como pode a sociedade ser pensada como contexto? A tradição hegeliano-marxista, que preservou enfaticamente esse objetivo, compreende a sociedade como totalidade abrangente, que, como conjunto, promove a mediação de todos os seus momentos e com isso atribui a todas as áreas sociais e suas crises um lugar logicamente necessário e funcional na reprodução do conjunto. Na crítica capitalista daí proveniente a economia, e com isso a crise econômica, tem de um modo específico o primado social: em todos os seus momentos a totalidade é a expressão da natureza das relações de produção capitalista. De maneira correspondente, todos os fenômenos da crise social são apenas formas aparentes dessa crise primeira e fundamental. Essa compreensão da sociedade capitalista conduz, necessariamente, a uma hierarquização econômica da funcionalidade das áreas sociais e também das dinâmicas da crise. Nessa tradição, a crítica da sociedade é reduzida de maneira muito rápida e unidimensional a um determinado tipo de crítica do capitalismo (Kurz-Scherf, 2012, p.103), e se atribui uma importância decisiva ao conflito político. Mediada por ele, a economia deveria novamente se assentar e se tornar civilizada.

Em vez disso, queremos compreender a “sociedade” como o resultado sempre específico de disputas sociais e como uma ordenação específica de relações sociais de poder. Assim, a formação social burguesa representa uma totalização hegemônica que logra nessas lutas uma determinada aliança de atores e seus modos de vida. Ela se constitui (diferentemente da formação social feudal) como contexto de dominação em que se chega a determinado tipo de integração, normalização, individualização e subjetivização das relações sociais.

Com o modo de produção capitalista, forma-se, portanto, uma sociedade com uma infinidade de áreas autônomas em que atores sociais seguem práticas específicas.

A sociedade em si mesma é um contexto de dominação, uma totalização que confere uma forma – historicamente determinada e dividida em áreas de trabalho – às práticas concretas dos homens, ou seja, ao trabalho sobre a natureza, à coordenação de sua cooperação, às práticas eróticas e generativas, à autocompreensão corporal, psíquica ou intelectual dos indivíduos ou ainda à apropriação simbólica do mundo. Em cada uma das áreas autônomas formam-se conflitos e dinâmicas de crise que apresentam uma específica dessincronização em relação às demais e por isso, de sua parte, podem conduzir a crises que envolvem o conjunto da sociedade. Essas crises reproduzem-se em escala cada vez maior. Pois a cada vez, as forças que predominam num campo da crise desenvolvem os meios para sua solução, os quais devem contribuir não para superar as crises de uma vez por todas, mas para deslocá-las ou torná-las transitórias. Dessa maneira o tratamento da crise contribui para a formação de uma sociedade cada vez mais complexa, que absorve suas dinâmicas e as reproduz numa escala maior (Boltanski; Chiapello, 2003; Streeck, 2011).

Por esse motivo, Louis Althusser (2011) propôs, em vez da totalidade – que indica uma relação essencial subjacente –, que se fale de um conjunto estruturado. Esse conjunto é articulado por meio de uma infinidade de processos sociais heterogêneos, com seus respectivos momentos de crise. Justamente essa estrutura das esferas sociais autônomas e suas crises é o que constitui a característica da formação social burguesa e sua complexidade específica. Nesse conjunto articulado, os processos assíncronicos não estão lado a lado numa disposição aditiva, mas eles se sobredeterminam. *O conjunto específico e sua própria ordenação tornam-se causalidade*. Althusser supôs que esses processos assíncronicos logram constituir uma unidade apenas num único momento: eles se sobredeterminam de um modo tal que se condensam na unidade de uma crise de ruptura.

Com o pano de fundo dessa consideração, compreendemos a presente situação como uma constelação múltipla de crises, na qual até agora as dinâmicas da crise não se condensaram numa tal unidade de ruptura. As crises econômicas, financeiras, energéticas ou climáticas são de modo específico autônomas e têm um ritmo temporal próprio. Isso confere à maneira como as crises são sobredeterminadas um caráter imprevisível e não linear: o acidente na usina de Fukushima acarretou na Alemanha o abandono da energia nuclear, mas o mesmo não ocorreu no Japão, Polônia ou França. A condensação das crises numa unidade não pode ser promovida por meios políticos nem tampouco ser impedida por eles. Não obstante, como já mencionamos, têm ocorrido grandes esforços para controlar as dinâmicas de crise e para deslocá-las ou afastá-las social, espacial e temporalmente.

Nessas considerações para a análise da crise múltipla como fator determinante da presente constelação social, o que segue é decisivo: em princípio, sobre a base do modo de produção capitalista, nenhuma das áreas sociais e nenhuma de suas específicas dinâmicas de crise têm a primazia. A particular dominância das condições e dos momentos de crise de uma área (economia, meio ambiente, orçamento

do Estado, educação, religião ou relações de gênero) sobre as outras resulta dos processos de deslocamento e condensação que ocorrem entre as forças sociais no interior desse conjunto. O conjunto articulado de maneira complexa pode, portanto, ser sempre dominado por outra constelação da crise. Nessa particular constelação da crise a existência do conjunto se condensa e representa a situação concreta. Essa existência torna-se uma generalidade singular: nas configurações concretas dessa crise, de seus atores, suas estratégias e perspectivas, estão representadas a generalidade da sociedade concreta e suas alternativas de desenvolvimento. Conseqüentemente, ao lado dos econômicos, há não apenas inúmeros outros processos da crise, mas também outras inúmeras possíveis condensações de dinâmicas de crise e formas nas quais os conflitos sociais estão representados e são decididos (energia, clima, dívida pública, participação democrática, instrução ou o acentuado envelhecimento de uma população).

Contudo, se isso ocorre dessa maneira, não podem ser apenas as relações de propriedade capitalista que nos permitem falar de uma socialização capitalista. Por que, afinal, falar de capitalismo, por que não priorizar outra contradição? De fato – do mesmo modo como se dá na crise – na sociedade ocorrem continuamente disputas sociais sobre como ela deve ser compreendida. De acordo com nossa tese, a sociedade é capitalista precisamente na condição desse particular conjunto articulado de economia e formas específicas do estado político, da cultura, das relações naturais e de gênero, bem como das relações racializadas. Todas essas formas constituem a formação social burguesa e um conjunto complexamente ordenado e sobredeterminado.

### **Multidimensionalidade como perspectiva teórico-social**

Como dissemos no início, o marxiano “imperativo categórico de alterar todas as relações nas quais o homem é um ser rebaixado, subjogado, desamparado e desprezível” (Marx, 1972, p.385) implica o desafio de considerar *todas* as formas de discriminação humana, de exploração e desrespeito. Nenhuma área social, nenhuma dimensão pode ser ignorada; todos os mecanismos de poder e dominação devem ser analisados criticamente e incluídos no processo da transformação.

Como efeito da violência simbólica (Bourdieu, 2005), nas análises críticas da sociedade chega-se, por assim dizer, repetidas vezes à conclusão de que *um* mecanismo de dominação específico ou *um* movimento emancipatório são privilegiados como elementos-chave para a compreensão do conjunto e como alavanca decisiva para a mudança social e a libertação. Uma força social reivindica para si a representação dos objetivos emancipatórios de todas as outras forças, com o resultado fatal da concentração dos esforços de emancipação *num* tema, *num* campo de ações, *numa* prática emancipatória, com prejuízo de outros aspectos da emancipação. Excluem-se outros mecanismos sociais centrais de poder e dominação, os entrelaçamentos e os retardamentos dinâmicos na dominância entre eles.

Os conceitos de interseccionalidade e de interdependência constituem tentativas atuais de tomar em consideração os diferentes mecanismos de poder e dominação e escapar a esse tipo de priorização. Evidentemente, a isso se liga uma série de problemas.

No conceito de interseccionalidade, a raça, a classe, o gênero e a sexualidade são compreendidos apenas como *categorias* dos processos sociais de diferenciação e hierarquização. O abandono de sua utilização é frequentemente compreendido como o primeiro passo para a superação das relações que lhes correspondem.<sup>2</sup> Além disso, o conceito de interseccionalidade implica sempre a ideia aditiva das questões entrecruzadas da desigualdade e da discriminação, que “mais além do cruzamento, aparentemente existem sem que se influenciem mutuamente” (Dietze et al., 2007, p.9). Isso implica não apenas a tendência a se buscar grupos empiricamente puros (Walby, 2007; Dietze et al., 2007), que *a posteriori* se encontram pontualmente no cruzamento, mas também implica a dificuldade em poder pensar concretamente o seu contexto.

Além disso, fala-se principalmente de “categorias” ou de “eixos da desigualdade” (Klinger; Knapp, 2005, p.73). Com isso, os efeitos dos mecanismos de dominação e diferenciação reduzem-se à produção da desigualdade. Raça, classe, gênero e sexualidade são, porém, práticas sociais complexas que abrangem aspectos econômicos ou políticos, bem como processos de subjetivização, disciplinamento e normalização, além das instituições, normas, modos de pensar, práticas corporais e formas do desejo a eles vinculados (Walgenbach, 2007; Dietze et al., 2007; Maihofer, 1995). Por fim, o conceito de interseccionalidade ignora especialmente a dominação, pois não leva em consideração os efeitos de suas práticas pelos dominadores (Rommelspacher, 2009; Walgenbach, 2007).

Sobretudo por causa da ideia de um “genuíno núcleo de categorias sociais” (Walgenbach, 2007, p.59), muitos advogam o direito de falar em interdependência e compreender as próprias categorias como interdependentes. Em relação ao gênero [humano], isso significa considerá-lo “sempre e ao mesmo tempo como algo racializado, sexualizado e localizado” (Dietze et al., 2007, p.108). Daí, de acordo com nossa opinião, surge uma dificuldade particular. Falar de raça ou de gênero como categorias em si interdependentes é algo que nos conduz (sedutoramente) à atitude de nos concentrarmos numa *única* categoria como o cerne da análise e demonstrar que (e como) todas as outras categorias estão entrelaçadas ao gênero e à raça. Se observarmos as relações sociais ou, como no caso acima, os indivíduos, não nos basta falar do gênero [humano] como estando sempre racializado ou sexualizado; num indivíduo, raça e etnicidade, classe, gênero e sexualidade sempre se relacionam entre si de modo constitutivo. Formam uma unidade, mas não são absorvidos por ela. Antes, desenvolvem dinâmicas específicas, contradições e

<sup>2</sup> Cf. Dietze et al. (2007) e, com ressalvas, cf. Walby (2007).

linhas de separação: homens de posição subalterna podem ser racistas e mulheres oprimidas pelo sexismo podem pertencer às classes dominantes.

Por todos esses motivos consideramos o conceito de *multidimensionalidade* como mais apropriado que o da interseccionalidade ou o da interdependência. Embora seja usado de diversos modos, até agora não foi expressamente elaborado como alternativa (Meißner, 2011; Walgenbach, 2007; Rommelspacher, 2009). Representa, contudo, uma perspectiva teórico-social que permite igualmente levar em conta os diferentes mecanismos de poder e dominação e compreendê-los em sua autonomia e em seu nexos constitutivo.

### **A masculinidade e a crise das relações de gênero**

Mesmo que isso seja polêmico, consideramos razoável falar de uma crise das relações de gênero, que atualmente se torna visível numa série de contradições e tensões, bem como em inúmeras disputas sociais sobre seu desenvolvimento. Justamente no contexto da crise das relações de gênero torna-se claro que aquilo que é caracterizado como crise é tão discutível quanto a sua avaliação. Para algumas pessoas, uma crise pode ser uma crise que contemple a libertação, enquanto outros a sentem exclusivamente como insegurança ou até mesmo ameaça. E isso pode ser mais do que “apenas” uma consciência subjetiva da crise, como se dá, por exemplo, quando a crise, como ocorre agora, afeta o modo de subjetivação dos indivíduos. A avaliação de se as relações de gênero estão em crise depende de os diferentes aspectos dela e da sua combinação cada vez mais forte receberem atenção ou, como acontece amiúde, focarem apenas fenômenos isolados. Ademais, faz diferença determinar o que se considera como a pedra angular da ordenação dominante dos gêneros, isto é, o que deve ‘ocorrer’ para que se possa falar legitimamente de uma crise das relações de gênero.

Certamente, a crise das relações de gênero está, de modo mais ou menos assíncrono, entrelaçada a outras dinâmicas da crise e representa tanto um *efeito* central como um significativo motor dentro das múltiplas crises atuais. É quase impossível operar aí uma separação entre causa e efeito. Assim, a dinâmica do capitalismo do mercado financeiro faz-se acompanhar de uma constelação masculina corporativa e de agressivos modelos de masculinidade em que se incluem o desrespeito, a orientação monetária do desempenho e da concorrência e o sexismo. Além disso, alguns dos mais arriscados modelos de negócio – que são seguidos pelos bancos e que contribuíram consideravelmente para a irrupção da crise financeira – atingiram especialmente as mulheres hispânicas e afro-americanas (Fishbein; Woodall, 2006).<sup>3</sup> Nesses casos, as mulheres são consideradas sujeitos econômicos autônomos e, ao mesmo tempo, são de modo específico submetidas a estratégias masculinas de lucro.

---

<sup>3</sup> Sobre o microcrédito, cf. Wichterich (2012).

Falar das relações de gênero é algo que inclui, além disso, o fato de que distintos aspectos dessas relações podem ser afetados por dinâmicas da crise que estão intimamente vinculadas, mas que, entretanto, devem ser diferenciadas: a crise do trabalho de reprodução e amparo [social], da sexualidade, das formas de relacionamento pessoal e de vida, da fertilidade e da relação entre as gerações, bem como da ordenação heteronormativa de dois gêneros. Atualmente, todas essas áreas estão marcadas por uma simultaneidade paradoxal de mudança e persistência e de tensões geradoras de crise (Maihofer, 2007).

À semelhança de muitos outros, pensamos que a crise do trabalho de reprodução social representa um elemento essencial na crise das relações de gênero, sendo mais geral na presente crise (Winker, 2012; Wichterich, 2011; Schilliger, 2009). Com efeito, vemos na opção conceitual econômica e funcionalista – resultante especialmente da preferência pelo conceito do trabalho no contexto da economia capitalista – o perigo de um estreitamento teórico-social que agora procede do lado feminista e com o qual escapam à análise não apenas uma porção de juízos teóricos sobre os gêneros, mas também a complexidade e a multiplicidade das contradições e fenômenos nas relações de gênero.

Em oposição a isso, tomando o exemplo da crise da masculinidade, queremos mostrar que ela não é apenas efeito de mudanças econômicas e evoluções no mundo do trabalho. Pelo contrário, ela se fundamenta em múltiplas mudanças nas relações de gênero, que, por seu turno, influenciam a economia e o mundo do trabalho.

Na discussão pública, para alguns, a crise da masculinidade é evidente e é assim percebida por áreas sociais cada vez mais amplas. Para outros, contrariamente, é um “truque” que objetiva defender a supremacia masculina. Indubitavelmente, aí ocorre uma ampla disputa social. Como sinal disso, entre outras coisas, citemos o crescente abalo da masculinidade hegemônica. Bourdieu (2005, p.154) já indicou que, especialmente por meio do movimento feminista, surgiu um primeiro “abalo na ideia de naturalidade” da dominação masculina, cuja manutenção, daí em diante, carece de uma legitimação cada vez mais expressa.

Em nossa opinião, esse desenvolvimento se acentuou nos últimos anos e alcançou novos círculos sociais. Ao lado disso, a crise capitalista do mercado de finanças e da administração do Estado desempenhou papel importante. Ela é o motivo pelo qual “subitamente” os elementos até então vistos como positivos da tradicional masculinidade hegemônica foram convertidos em fatores negativos e criticados como momentos impulsionadores ou mesmo como a causa da crise: típicos comportamentos concorrenciais, alta propensão ao risco, orientação para a carreira e o sucesso (Wichterich, 2011; Kurz-Scherf e Scheele, 2012; Heilmann, 2012). Segundo Kurz-Scherf e Scheele (2012, p.90), por seu intermédio a crítica feminista do patriarcado adquire “nova ressonância”.

Não é menos significativo que, nesse ínterim, um crescente número de homens perceba as representações e as práticas tradicionais da masculinidade como problemáticas e limitadoras: a concentração no trabalho, a ideologia do vencedor

ou a violência (sexista) – a masculinidade se tornou “autorreflexiva” (Meuser; Scholz, 2011, p.67). Além disso, muitos homens vivem e querem viver relações de direitos iguais em suas parcerias, nos arranjos familiares e na esfera profissional (Baumgarten et al., 2012; Heilmann, 2012; Meuser, 2012; König, 2012). Entre os homens, elementos essenciais da masculinidade hegemônica tradicional vêm perdendo cada vez mais sua função dominante de orientação e com isso o poder normativo. Esses elementos vêm sendo acompanhados por novas formas de masculinidade que eliminam as tradicionais, promovem sua relativização e, em parte, colocam as novas e as velhas práticas da masculinidade em acentuada contradição. Esse caráter multifacetado da masculinidade é também reforçado pela presença – crescentemente pública e constituinte do cotidiano internacional – das masculinidades homossexual e metrossexual. Não apenas práticas centrais da masculinidade, mas também a própria supremacia masculina perderam para muitos homens sua evidência e seu poder de convencimento.

Entre outras coisas, esses desenvolvimentos estão ligados à perda da seguridade e ao desaparecimento das usuais relações masculinas de trabalho, caracterizadas pelo fordismo, e do modelo de homem provedor a elas vinculado (Maihofer, 2004; Meuser; Scholz, 2011; Heilmann, 2012). Isso se faz acompanhar de uma crescente insegurança dos homens em seu tradicional papel de provedor da família e de profissional ou, nos termos de Wichterich, de uma “crise da hegemônica masculinidade provedora” (Wichterich, 2011, p.133). Heilmann fala, além disso, da “intensificação e condensação neoliberal da subjetivizada aquisição do sustento” como aquilo que, entre os homens, suscita a “dúvida sobre uma concentração unilateral da responsabilidade pelo ganha-pão” (Heilmann, 2012, p.63).

Por mais que estejam corretas essas constatações, elas implicam amiúde uma problemática priorização econômica da esfera do ganha-pão.<sup>4</sup> Além disso, desconsidera-se uma série de processos importantes, como, por exemplo, os que se dão na esfera familiar, que aparecem apenas como resultado do esvaziamento do modelo masculino de trabalho que visa ao sustento. Em nossa opinião, há muito vêm surgindo desenvolvimentos no contexto familiar que, mesmo quando se vinculam a processos na esfera do sustento, possuem uma lógica e uma dinâmica próprias e que, eles mesmos, exercem influência sobre o plano profissional.

Desse modo, há bastante tempo constatamos um constante desenvolvimento na direção de arranjos familiares de parceria (Maihofer, 2004; König, 2012). As mulheres continuam a assumir os maiores encargos, mas, ao mesmo tempo, aumenta continuamente o número de homens que compartilham as tarefas de educação e companhia [dos filhos], embora com menor intensidade na arrumação da casa e nos cuidados [de higiene e saúde], os quais, além disso, se dão numa escala muito diferente (Baumgarten et al., 2012; König, 2012; Meuser, 2012). Aqui é decisivo o fato de que isso ocorre não apenas em virtude de uma expectativa das

---

4 Cf. Aulenbacher (2012); Janczyk (2009), com ressalvas.

parceiras, mas porque muitos pais querem passar mais tempo em casa com os filhos e a família. Numa clara diferenciação em relação ao pai ausente que tiveram, querem ser pais presentes, desejosos de ter e cultivar uma firme e cotidiana relação emocional com os filhos. De modo análogo, isso vale também para pais do mesmo sexo. Como, porém, para os homens a capacidade de provimento continua a ser muito importante para sua própria identidade, nesse ínterim muitos deles têm se defrontado com um problema de compatibilidade, e os distintos desejos e cobranças incidem em evidente contradição. Além disso, justamente nos arranjos familiares de direitos iguais está se tornando cada vez mais difícil achar tempo para o descanso e a recuperação: a própria reprodução<sup>5</sup> entra crescentemente em crise (König; Jäger, 2011).

Tudo isso acarreta um agravamento dos conflitos intrafamiliares em torno da divisão do trabalho doméstico, dos cuidados e da educação dos filhos e do trabalho que gera o sustento, pois este já não ocorre de maneira convencional (König, 2012). Ao mesmo tempo, crescem as contradições e as tensões *entre* os homens, sobretudo entre aqueles que cada vez mais cuidam de crianças e aqueles que não têm filhos, ou seja, que vivem arranjos familiares tradicionais. Isso se dá tanto no cotidiano profissional (pela experiência da desvalorização de sua identidade de provedor, mediada por comentários depreciativos e pela prática do assédio moral) quanto na concorrência pelos postos de trabalho (chances na carreira, flexibilidade).<sup>6</sup> Frente a essas circunstâncias, podemos observar a formação de novas linhas de demarcação (Heilmann, 2012) e crescentes disputas públicas *entre* os homens sobre as mudanças nas representações e práticas da masculinidade.

De acordo com Meuser e Scholz, tudo isso considerado, não se trata (ainda) de uma crise da masculinidade. Sem dúvida, os homens podem vivenciar essa situação como “crítica” num sentido negativo (Meuser; Scholz, 2011, p.59) e sentir uma insegurança e uma desorientação de base. Contudo, em sua opinião, só se pode falar em crise caso a “posição social do gênero masculino”, vale dizer, a hegemonia masculina, seja combatida e entre em crise (Meuser; Scholz, 2011, p.59). Por esse motivo, para eles trata-se apenas de uma “mudança estrutural da masculinidade hegemônica” (Meuser; Scholz, 2011, p.59).

Em nossa opinião, porém, nesse meio tempo questionaram-se essencialmente não apenas muitos aspectos da masculinidade hegemônica tradicional, mas também o *próprio poderio social dos homens*. Heilmann aponta também para o fato de que os processos atuais podem ser mais do que uma mudança estrutural (Heilmann, 2012). Entrementes, várias áreas sociais, tais como as do provimento, da família, do sistema educacional, da política e da mídia – que até agora desempenharam papel central na reprodução da masculinidade hegemônica tradicional – estão sendo percebidas num contexto de mudança fundamental. Em outras palavras:

5 Neste caso, reprodução da força de trabalho. [N. T.]

6 Cf. Baumgarten et al. (2012); Gesterkamp (2012).

As condições de reprodução da masculinidade hegemônica tradicional começam a desaparecer. Paralelamente, de acordo com nossa tese, constituem-se novas formas de masculinidade que chegam até à recusa da sexualidade como uma relação social específica. Isso acarreta cada vez mais conflitos sociais e disputas em torno da dominância entre diferentes práticas e concepções de masculinidade que, ao mesmo tempo e de maneira muito estreita, estão vinculadas a distintas representações de gênero e de relações de gênero.

No contexto dessas disputas, vemos também o escândalo que se observa há alguns anos do abuso sexual de meninos por homens em instituições de ensino e nas igrejas ou a frequente descoberta de pornografia, comércio e abuso infantis. Uma determinada relação, que atravessa gerações, entre o poder institucional, a violência sexual e a masculinidade, vem sendo também claramente rejeitada por muitos homens. Ao mesmo tempo, isso tem provocado contrarreações fortes: a luta das igrejas contra a homossexualidade, a formação de um movimento antifeminista, em que sobretudo o movimento das mulheres, o feminismo e as próprias mulheres são responsabilizadas pela crise da masculinidade (Gesterkamp, 2012). Em casos extremos isso pode derivar em violência militarizada, como ocorreu com o *serial killer* norueguês Anders Behring Breivik. Como esses conflitos irão terminar e quão radicalmente a ordenação sexual irá mudar, tudo isso é parte da crise e depende essencialmente das forças sociais que irão se impor.

### Comentário final

Como se mostrou progressivamente, na crise das relações de gênero, trata-se de processos iniciados há décadas e que se realizam de maneira considerável nos microprocessos do cotidiano, os quais, frequentemente, envolvem práticas emancipatórias. As contradições nas relações de gênero vinculam-se crescentemente às crises nos modos predominantes de subjetivação e permitem aos indivíduos buscar formas alternativas da vida sexual, do erotismo, do corpo, da família, das relações entre as gerações e, por fim, de formas emancipatórias do convívio. Entretanto, exatamente essa clara busca e o crescente surgimento de modos alternativos de existência conduzem, simultaneamente, a crescentes contrarreações que se ocupam de defender a dominante ordenação sexual patriarcal e heteronormativa. Em particular por esse motivo, consideramos indispensável uma análise esforçada e detalhada da crise das relações de gênero para a análise e a apreciação crítica de toda a constelação da crise.

### Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Für Marx*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2011.
- ALTVATER, E. Die Vierfach-Krise des globalen Kapitalismus. *Informationsbrief Weltwirtschaft & Entwicklung*, W&E Hintergrund, jul. 2008, p.1-3.
- \_\_\_\_\_. *Der große Krach oder die Jahrhundertkrise von Wirtschaft und Finanzen, von Politik und Natur*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2011.

- AULENBACHER, B. Gegenläufige Blicke auf Kapitalismus und Arbeit – Feministische Kapitalismusanalysen im Verhältnis zu Kapitalismustheorie und Arbeitssoziologie. In: DÖRRE, K.; SAUER, D.; WITTKÉ, V. (Hrsg.). *Kapitalismustheorie und Arbeit. Neue Ansätze soziologischer Kritik*. Frankfurt/New York: Campus, 2012. p.113-126.
- BAUMGARTEN, D.; KASSNER, K.; MAIHOFER, A.; WEHNER, N. Warum werden manche Männer Väter, andere nicht? Männlichkeit und Kinderwunsch. In: WALTER, H.; EICKHORST, A. (Hrsg.), *Das Väter-Handbuch. Theorie, Forschung, Praxis*. Gießen: Psychosozial-Verlag, 2012. p.415-443.
- BECKER, F. *Hegemonie und Krise. Zur Analyse von Krisenzusammenhängen in Antonio Gramscis*. Gefängnisheften. Diplomarbeit. Humboldt Universität zu Berlin, 2011.
- BISCHOFF, J.; DETJE, R.; LIEBER, C.; MÜLLER, B.; SIEBECKE, G. *Die große Krise. Finanzmarktcrash – verfestigte Unterklasse – Alltagsbewußtsein – Solidarische Ökonomie*. Hamburg: VSA, 2011.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPPELLO, E. *Der neue Geist des Kapitalismus*. Konstanz: UVK, 2003.
- BOURDIEU, P. *Die männliche Herrschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005.
- BRAND, U. *Die Multiple Krise. Dynamik und Zusammenhang der Krisendimensionen, Anforderungen an politische Institutionen und Chancen progressiver Politik*. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung, 2009.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine. In: *The University of Chicago Legal Forum*, 1997, p.139-167.
- DEMIROVIĆ, A.; DÜCK, J.; BECKER, F.; BADER, P. (Hrsg.). *VielfachKrise. Im finanzmarktdominierten Kapitalismus*. Hamburg: VSA, 2011.
- DEMIROVIĆ, A. et al. Die multiple Krise – Krisendynamiken im neoliberalen Kapitalismus. In: DEMIROVIĆ, A.; DÜCK, J.; BECKER, F.; BADER, P. (Hrsg.). *VielfachKrise. Im finanzmarktdominierten Kapitalismus*. Hamburg: VSA, 2011. p.11-28.
- DIETZE, G.; HORNSCHIEDT, A.; PALM, K.; WALGENBACH, K. Einleitung. In: WALGENBACH, K.; DIETZE, G.; HORNSCHIEDT, A.; PALM, K. (Hrsg.). *Geschlecht als interdependente Kategorie. Neue Perspektiven auf Intersektionalität, Diversität und Heterogenität*. Opladen & Farmington Hills: Verlag Barbara Budrich, 2007. p.7-22.
- DIETZE, G.; HASCHEMI YEKANI, E.; MICHAELIS, B. Checks and Balance. Zum Verhältnis von Intersektionalität und Queer Theory. In: WALGENBACH, K.; DIETZE, G.; HORNSCHIEDT, A.; PALM, K. (Hrsg.). *Geschlecht als interdependente Kategorie. Neue Perspektiven auf Intersektionalität, Diversität und Heterogenität*. Opladen & Farmington Hills: Verlag Barbara Budrich, 2007. p.10-7-139.
- DÖRRE, K.. Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus. In: DÖRRE, K.; LESSENICH, St.; ROSA, H. (Hrsg.). *Soziologie – Kapitalismus – Kritik. Eine Debatte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009. p.21-86.
- FISHBEIN, A. J.; WOODALL, P. *Women are Prime Targets for Subprime Lending: Women are Disproportionately Represented in High-Cost Mortgage Market*, 2006. Disponível em: <<http://www.consumerfed.org/pdfs/WomenPrimeTargetsStudy120606.pdf>>. [Acesso em: 26/12/2012.]
- GESTERKAMP, T. Für Männer, aber nicht gegen Frauen. *Politik und Zeitgeschichte*, n.40, 2012, p.3-10.

- GRAMSCI, A. *Gefängnishefte 5*. Hamburg: Argument, 1993.  
 \_\_\_\_\_. *Gefängnishefte 7*. Hamburg: Argument, 1996.
- HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.
- HEILMANN, A. Die Krise männlicher Muster von Erwerbsarbeit – Chance für eine solidarische Arbeits- und Geschlechterpolitik? In: KURZ-SCHERF, I.; SCHEELE, A. (Hrsg.), *Macht oder ökonomisches Gesetz? Zum Zusammenhang von Krise und Geschlecht*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2012. p.56-67.
- HKWM. *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus. Krise*. v.7. II Hamburg: Argument, 2010.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, Th. W. Dialektik der Aufklärung. In: HORKHEIMER, M. *Gesammelte Werke 5*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1987. p.11-290.
- HUFER, K.-P. Emanzipation: Gesellschaftliche Veränderungen durch Erziehung und politische Bildung – Ein Rückblick auf eine nach wie vor aktuelle Leitidee. In: LÖSCH, B.; THIMMEL, A. (Hrsg.). *Kritische politische Bildung. Ein Handbuch*. Schwalbach im Taunus: Wochenschau, 2010. p.13-24.
- JANCZYK, S. *Arbeit und Leben: Eine spannungsreiche Ko-Konstitution. Zur Revision zeitgenössischer Konzepte der Arbeitsforschung*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2009.
- KLINGER, C.; KNAPP, G.-A. Achsen der Ungleichheit – Achsen der Differenz. In: *Transit*, n.29, 2005, p.72-95.
- KURZ-SCHERF, I.; SCHEELE, A. Macht oder ökonomisches Gesetz? Einleitung. In: \_\_\_\_\_. (Hrsg.), *Macht oder ökonomisches Gesetz? Zum Zusammenhang von Krise und Geschlecht*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2012. p.7-19.
- KURZ-SCHERF, I.; SCHEELE, A. ‘The Great Transformation’ – Ausstieg aus dem Kapitalismus? Ein Plädoyer für feministischen Eigensinn in den aktuellen Krisen- und Kritikdynamiken. In: \_\_\_\_\_. (Hrsg.), *Macht oder ökonomisches Gesetz? Zum Zusammenhang von Krise und Geschlecht*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2012. p.81-105.
- KÖNIG, T.; JÄGER, U. Reproduktionsarbeit in der Krise und neue Momente der Geschlechterordnung. In: DEMIROVIĆ, A.; DÜCK, J.; BECKER, F.; BADER, P. (Hrsg.). *VielfachKrise. Im finanzdominierten Kapitalismus*. Hamburg: VSA, 2011. p.147-164.
- KÖNIG, T. *Familie heißt Arbeit teilen. Transformationen der symbolischen Geschlechterordnung*. Konstanz: UVK, 2012.
- MAIHOFFER, A. Was wandelt sich im aktuellen Wandel der Familie? In: BEERHORST, B.; DEMIROVIĆ, A.; GUGGEMOS, M. (Hrsg.). *Kritische Theorie im gesellschaftlichen Strukturwandel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2004. p.384-408.
- Maihofer, A. Gender in Motion. Gesellschaftliche Transformationsprozesse – Umbrüche in den Geschlechterverhältnissen? Eine Problemskizze. In: D. Grisard; J. Häberlein; A. Kaiser; S. Saxer (Hrsg.). *Gender in Motion. Die Konstruktion von Geschlecht in Raum und Erzählung*. Frankfurt am Main: Campus, 2007, p.218-315.
- MARX, K. Das Kapital?. Dritter Band. In: Karl Marx; Friedrich Engels. *Werke*, vol. 25. Berlin: Dietz, 1969.
- \_\_\_\_\_. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung. In: \_\_\_\_\_.; ENGELS, F. *Werke*. v.1. Berlin: Dietz, 1972. p.378-391.

- MEIBNER, H. Totalität und Vielfalt – gesellschaftliche Wirklichkeit als multidimensionaler Zusammenhang. *Prokla*, n.165, 2011. p.543-560.
- MEUSER, M. Entgrenzungsdynamiken: Geschlechterverhältnisse im Umbruch. In: *Politik und Zeitgeschichte*, n.40, 2012. p.17-24.
- MEUSER, M.; SCHOLZ, S. Krise oder Strukturwandel hegemonialer Männlichkeit. In: BERESWILL, M.; NEUBER A. (Hrsg.). *In der Krise? Männlichkeiten im 21. Jahrhundert*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2011. p.56-79.
- POLANYI, K. *The Great Transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978.
- POULANTZAS, N. *Staatstheorie*. Hamburg: VSA, 2002.
- SCHILLIGER, S. Who cares? Care-Arbeit im neoliberalen Geschlechterregime. *Widerspruch*, n.56, 2009. p.93-106.
- STREECK, W. Die Krisen des demokratischen Kapitalismus. *Lettre Internationale*, 2011, p.7-17.
- ROMMELSPACHER, B. Intersektionalität – über die Wechselwirkung von Machtverhältnissen. In: KURZ-SCHERF, I.; LEPPERHOFF, J.; SCHEELE, A. (Hrsg.). *Feminismus: Kritik und Intervention*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2009. p.81-96.
- VARGA, E.. *Die Krise des Kapitalismus und ihre politischen Folgen*. Frankfurt am Main: EVA, 1969.
- WALBY, S. Complexity Theory, Systems Theory, and Multiple Intersecting Social Inequalities. *Philosophy of Social Sciences*, v.37, n.4, 2007. p.449-470.
- WALGENBACH, K. Gender als interdependente Kategorie. In: WALGENBACH, K.; DIETZE, G.; HORNSCHIEDT, A.; PALM, K. (Hrsg.). *Geschlecht als interdependente Kategorie. Neue Perspektiven auf Intersektionalität, Diversität und Heterogenität*. Opladen & Farmington Hills: Barbara Budrich, 2007. p.23-64.
- WBGU=Wissenschaftlicher Beirat der Bundesregierung Globale Umweltveränderung. *Welt im Wandel. Gesellschaftsvertrag für eine Große Transformation*. Berlin (Zusammenfassung für Entscheidungsträger), 2011.
- WICHTERICH, C. Krise der Ernährermännlichkeit und neoliberale Gleichstellung durch die Krise. In: DEMIROVIĆ, A.; DÜCK, J.; BECKER, F.; BADER, P. (Hrsg.). *Viel-fachKrise. Im finanzmarktdominierten Kapitalismus*. Hamburg: VSA, 2011. p.129-145.
- WICHTERICH, C. *Mikrokredite und die Entdeckung der frauenin*, 2012. Disponível em: <<http://www.zeitschrift-luxemburg.de/mikrokredite-und-die-entdeckung-der-frauen>>.
- WINKER, G. *Erschöpfung des Sozialen*. 2012. In: Disponível em: <<http://www.zeitschrift-luxemburg.de/erschopfung-des-sozialen>>.

## Resumo

Analisando a crise atual, o artigo propõe uma ampliação do sentido do conceito de crise dentro do quadro teórico marxista para abranger tanto a crise econômica quanto a crise política, a energética, a ecológica e crises mais amplas da sociabilidade, como a da relação entre os gêneros. Todos esses âmbitos estão associados, mas de modo complexo, como um conjunto de estruturas sobredeterminadas, e não por acaso os autores tem em Althusser uma referência importante. É na crise

da masculinidade que o artigo encontra o exemplo mais interessante desse tipo de sobredeterminação, até porque pouco se tem escrito sobre a relação entre ela e a crise social e econômica mais ampla.

**Palavras-chave:** crise, marxismo, sobredeterminação, gênero, multidimensionalidade.

### **Abstract**

Through the analysis of the present crisis, the article proposes an enlargement of the concept of crisis that encompasses the economical and also other meanings of crisis, as the political, the energetic, the ecological and the broader crisis of sociability, exemplified by the gender relations. All these spheres are associated, but in a complex way, as a set of over-determined structures, and it is not casual that the authors have in Althusser an important reference. It is in the crisis of masculinity that the article finds the most interesting instance of this kind of determination, specially because very few writings connect it to the broader social and economic crisis.

**Keywords:** crisis, Marxism, over-determination, multidimensionality, gender.